

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI DO TOCANTINS

PROJETO DE LEI Nº 068/79

DE 29 de fevereiro de 1979

INSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL
DE SAÚDE E DA
PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BURITI DO TOCANTINS, Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais, e a 2ª sessão que a CÂMARA MUNICIPAL aprovou a seguinte lei:

CAPÍTULO I
Das objetivos

Art. 1º - Fica instituído o Conselho Municipal de Saúde - C.M.S., de caráter permanente, como órgão deliberativo do Sistema Único de Saúde - S.U.S., no âmbito municipal.

Art. 2º - Sem prejuízo das funções do Poder Legislativo, são as competências do C.M.S.:

- I - definir as prioridades de saúde;
- II - estabelecer as diretrizes e serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Saúde;
- III - atuar na formulação de estratégias e no controle da execução de políticas de saúde;
- IV - propor critérios para a programação e para as execuções financeiras e administrativas do Fundo Municipal de Saúde, acompanhando a movimentação e o destino das recursos;
- V - acompanhar, avaliar e fiscalizar entidades públicas, filantrópicas e privadas integrantes do S.U.S. do Município;
- VI - definir critérios de qualidade para o funcionamento dos serviços públicos, filantrópicos e privados, no âmbito do S.U.S.;
- VII - definir critérios para celebração de contratos ou convênios entre o setor público e as entidades filantrópicas e privadas de saúde, na que tenha a prestação de serviços de saúde;
- VIII - apreciar previamente os contratos e convênios referidos no inciso anterior.

IX - estabelecer diretrizes quanto à localização e o tipo de unidades prestadoras de serviços de saúde públicos e privados, no âmbito do S.U.S.;

X - elaborar seu regimento interno;

XI - outras atribuições estabelecidas em normas complementares.

CAPITULO II

Da composição e funcionamento

SEÇÃO I

Da composição

Art.32 - O Conselho Municipal de Saúde será constituído pelos seguintes representantes:

I - DO GOVERNO MUNICIPAL:

- a) Secretaria Municipal de Saúde,
- b) Secretaria Municipal de Administração,
- c) Secretaria Municipal de Finanças,
- d) Secretaria Municipal de Habitação e Urbanismo,
- e) Secretaria Municipal de Ação Social e
- f) Secretaria Municipal de Educação.

II - DOS USUARIOS:

- a) Associação dos Trabalhadores Rurais,
- b) Associação das Mulheres,
- c) Sindicato Rural,
- d) Igreja Católica,
- e) Assembléia de Deus,
- f) Moradores de Buriti do Tocantins e
- g) Deficientes Físicos e
- h) Escola Estadual.

II - os membros serão substituídos caso faltar, sem motivo justificado, a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 05 (cinco) reuniões intercaladas no período de 01 (um) ano;

III - os membros do Conselho poderão ser substituídos mediante solicitação, da entidade ou autoridade responsável pela sua indicação, apresentada ao Prefeito Municipal.

SEÇÃO II

Do funcionamento

Art. 6º - O Conselho, terá seu funcionamento regido pelas seguintes normas:

I - o Órgão de deliberação máxima é o Plenário;

II - as sessões Plenárias serão realizadas ordinariamente a cada 30 (trinta) dias e extraordinariamente quando convocada pelo Presidente ou por requerimento da maioria dos seus membros;

III - para realização das sessões será necessária a presença da maioria absoluta dos membros do Conselho, que deliberará pela maioria de votos dos presentes;

IV - cada membro do Conselho, terá direito a um único voto, na sessão Plenária;

V - O Presidente do Conselho terá além do voto comum, o voto de qualidade, assim como a prerrogativa de deliberar ad referendum do Plenário.

Art. 7º - A Secretaria Municipal de Saúde prestará apoio administrativo necessário ao funcionamento do Conselho Municipal de Saúde.

Art. 8º - Para melhor desempenho de suas funções o Conselho poderá convidar pessoas e entidades, mediante os seguintes critérios:

I - poderão ser convidadas pessoas ou instituições de notória idoneidade e especialização para assessorar o Conselho em assuntos específicos;

II - poderão ser criadas Comissões Internas, constituídas por entidades, membros do Conselho e outras instituições, para promover estudos e emitir pareceres a respeito de temas específicos.

Parágrafo Único - As Resoluções do Conselho, bem como os temas tratados em Plenário, reuniões da Diretoria e Comissões, deverão ser amplamente divulgados.

III - DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS:

ção Social - FAIS e

a) Fundação Assistência e Integra-

b) Hospital São José.

§ 1º - Para cada titular do Conselho será indicado, também, um suplente.

§ 2º - Será considerada como existente, para fins de participação no Conselho, entidades regularmente organizadas.

§ 3º - A representação dos prestadores de serviços, no âmbito do Município, será definida por indicação conjunta das entidades representativas das diversas categorias.

§ 4º - O número de representantes de que trata o Inciso II do presente Artigo, não será inferior a 50% (cinquenta por cento) dos membros do Conselho Municipal de Saúde.

Art. 4º - Os membros titulares e suplentes do Conselho serão nomeados pelo Prefeito Municipal, mediante indicação:

I - da autoridade federal ou estadual, no caso da representação de Órgãos Estaduais ou Federais,

II - das respectivas entidades nos demais casos.

§ 1º - Os representantes do Governo Municipal serão de livre escolha do Prefeito Municipal.

§ 2º - O Secretário Municipal de Saúde é membro nato do Conselho Municipal de Saúde.

§ 3º - O Presidente do Conselho será eleito entre os representantes relacionados nos Itens I, II e III do Art. 3º desta Lei.

§ 4º - Na ausência ou impedimento do Presidente do Conselho, a Presidência será assumida pelo seu suplente.

Art. 5º - O Conselho reger-se-á pelas seguintes disposições, no que se refere a seus membros:

I - o exercício da função de Conselheiro é considerada de relevante interesse público, não sendo remunerada,


Art. 9º - As sessões Plenárias ordinárias e extraordinárias do Conselho deverão ser amplamente divulgadas e ter acesso assegurado ao público.

Art. 10 - O Conselho elaborará seu Regimento Interno no prazo de 60 (sessenta) dias após a promulgação desta Lei.

Art. 11 - Fica o Prefeito Municipal autorizado a abrir crédito especial no valor de CR\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil cruzeiros reais), para prover as despesas com a instalação do Conselho Municipal de Saúde.

Art. 12 - Esta Lei entrará em vigor da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI DO TOCANTINS/TO, aos 24 dias do mês ~~fevereiro~~ de 1994, 173º ano da Independência, 126º ano da República, 52º ano do Estado do Tocantins e 12º ano do Município de Buriti do Tocantins.


JOSE OLIMPIO PEREIRA DE SÁ
Prefeito Municipal